

## Considerações finais

Ao longo deste estudo procurei mostrar como as representações da nação e da identidade nacional na literatura atuaram como ingredientes indispensáveis na formação do estado nacional moderno, funcionando como uma espécie de “cimento ideológico” na edificação da nação. Como ensinaram diversos teóricos e historiadores aqui convocados, este tipo de comunidade imaginada necessitou para sua consolidação de um passado de lembranças (e esquecimentos) comuns, registrado por meio da literatura e de jornais.

No Brasil, no período que vai desde a independência política, em 1822, até a primeira metade do século XX, a nação ocupa lugar central na representação literária. Como vimos, a questão da nacionalidade era incontornável: todos os problemas da literatura passavam por ela. A partir da década de 1930, aos poucos, as Ciências Sociais vão se desenvolvendo e assumindo a responsabilidade de interpretar o país, tarefa que até então cabia aos escritores nacionais - José de Alencar, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Monteiro Lobato, Oswald e Mário de Andrade, são alguns exemplos. Assiste-se ao fim da longa soberania da literatura na formação da consciência nacional e na pesquisa da vida e dos problemas brasileiros.

A partir da segunda metade do século XX a configuração de uma sociedade global - internacionalização do capital, desenvolvimento tecnológico e informacional, que permitem deslocamentos espaciais rápidos e comunicação em massa e instantânea – põe em cheque a ideia de um Estado nacional soberano homogêneo e unificado. Ao perder paulatinamente a autonomia política, econômica e cultural, a nação deixa de ser entendida como uma forma de comunidade “natural” e passa mais e mais a ser vista por seu caráter construído, autoritário e excludente. Nesse contexto, o ‘pseudo-conforto’ da postura nacionalista de pertencer a um povo e a uma cultura é substituído pela possibilidade de novas identificações (supranacionais) e de reivindicação por direitos de cidadania para além das nossas fronteiras. Os rumos tomados pela economia capitalista no final do século XX forçam a uma reconfiguração da ideia de nação, até aqui vigente e que seria fruto de contingências históricas já ultrapassadas.

Ao abalar as estruturas do Estado nacional, a globalização impulsiona populações inteiras a se deslocarem no espaço. Exílio e migrações sempre houve, mas, em nosso tempo, como vimos com Edward Said (2003, p. 47) há uma diferença de escala, que faz da contemporaneidade a “era do deslocado”.

Nessas circunstâncias, em que explodem em todas os cantos do planeta manifestações de xenofobia e intolerância, o estrangeiro ocupa lugar privilegiado nas narrativas, como afirma Stefania Chiarelli em sua tese de doutoramento *Vidas em trânsito* (2005, p. 142). A autora destaca os episódios de 11 de setembro de 2001, data da derrubada das Torres Gêmeas em Nova York, e as manifestações de ódio racial na periferia de Paris, em novembro de 2005, como momentos reveladores desses tempos globalizados em que o estrangeiro ocupa lugar de destaque nas discussões contemporâneas. Refugiados, exilados, turistas e vagabundos emergem como personagens de nosso tempo sempre em busca de uma identidade e um lugar.

Em paralelo a isso, a desconstrução dos conceitos de identidade pura, de essência primitiva e a ideia de que o estrangeiro habita em nós mesmos, que ele é a face oculta da nossa identidade, como propõe Kristeva, leva diversos autores a problematizarem o estranho, o estranhamento, o estrangeiro, seja através da viagem real, como nos *Amores Expressos*, seja através das ‘empreitadas no tempo’, como propõe Sérgio Cardoso.

Assim, como bem sintetiza Bauman, na pós-modernidade, “a dificuldade já não é descobrir, inventar, construir, convocar (ou mesmo comprar) uma identidade, mas como impedi-la de ser demasiadamente firme e de aderir depressa demais ao corpo”. A identidade tal como concebida pela modernidade, costurada demais, passa a ser encarada como uma responsabilidade, um fardo. O eixo da vida pós-moderna, prossegue o sociólogo, “não é fazer a identidade deter-se – mas evitar que se fixe” (BAUMAN, 1998, p. 114). Para o autor, na sociedade contemporânea, estamos todos – de uma forma ou de outra, no corpo ou no espírito, em movimento:

nenhum de nós pode estar certo/a de que adquiriu o direito a algum lugar de uma vez por todas, e ninguém acha que sua permanência num lugar, para sempre, é uma perspectiva provável. Onde quer que nos aconteça parar estamos, pelo menos, deslocados ou fora do lugar (Idem, p. 118)

Ainda como consequência da nova ordem global, além do estrangeiro, o espaço e seus correlatos - lugar, não-lugar, entre-lugar, (des)derritorialização, mobilidade, centro, periferia – são eleitos categorias privilegiadas para pensar o mundo contemporâneo (MARGATO *et* GOMES, 2008, p. 7). A discussão passa por diversas áreas do conhecimento: a filosofia, a geografia, os estudos culturais e também pelas artes, como atestam os romances aqui estudados e os filmes brevemente citados.

Personagens deslocados, que veem se desfazerem seus vínculos com a terra natal. Personagens marcados pelo sentimento de não-pertencimento a qualquer espaço, a qualquer esfera de identidade palpável e que buscam em vão um lugar mais habitável. A fixidez, o enraizamento, a ingenuidade e o patriotismo da era moderna, representados nas narrativas de José de Alencar e Lima Barreto, por exemplo, dão lugar na contemporaneidade a mobilidade espacial, a cidadãos desgarrados e a nacionalismos xenófobos. As identidades antes nacionais, centradas e fechadas se apresentam nos romances do projeto *Amores Expressos* como múltiplas e cambiantes.

Silviano Santiago, no ensaio *Leitor e cidadania*, ao falar da desconstrução dos conceitos nacional e universal complementa o pensamento a que aqui se quer chegar, da impossibilidade de se narrar a nação tal como o fizeram nossos escritores românticos e modernistas. De acordo com o autor, o primeiro termo, nacional, é questionado pelos novos movimentos sociais, que se unem em busca de uma política de identidade para grupos minoritários excluídos no processo de consolidação da nação. Tais grupos julgam que a ideia e a prática do nacional no Ocidente teriam sido arquitetadas pelo poder dominante, através de divisões sociais e políticas internas, calculadas, que rejeitavam determinados segmentos sociais da nacionalidade (mulheres, índios, negros, homossexuais, grupos religiosos etc.) para a margem da cidadania política (SANTIAGO, 2004, p.170).

Hoje, esses grupos minoritários se apresentam na cena política para reivindicar seus direitos, mas como não há ainda no Brasil partidos políticos que abriguem os grupos minoritários, não é ao país a quem eles recorrem para resolver seus problemas. Daí então esses movimentos sociais tendem a se dar mais com grupos e associações internacionais, como as ONGs, por exemplo.

Todos comungam os mesmos objetivos de luta e os mesmos interesses sociais, constituindo o conjunto de um novo e inesperado desenho da política internacional. Cada desconstrução do nacional, em sua fragmentação específica, é minimizada em favor de uma política de globalização atuante, que cria novas redes virtuais de comunicação, ao mesmo tempo em que transcende o feijão-com-arroz dos sistemas políticos nacionais (Idem, p. 171).

Já o termo ‘universal’ estaria sendo questionado por estudiosos e ativistas políticos que veem embutida na constituição do próprio termo uma “decidida homogeneização do mundo pelos padrões colonizadores da civilização europeia”. Tal universalidade apontava um caminho único a ser seguido pela humanidade para se atingir o progresso. Para muitos antropólogos, essa universalidade etnocêntrica estaria suplantando e excluindo as culturas alheias, em nome de um progresso que seria igual para todos, e que, hoje se sabe, é uma falácia (Idem, p. 172).

Santiago conclui, então, que como decorrência da desconstrução desses dois conceitos, nacional e universal, o modo de representar o real é a fragmentação. “Processos estéticos e políticos descontínuos e múltiplos, plurais, coexistem” produzindo nos leitores incômodo e desconforto. Essa fragmentação transparece num discurso ficcional, que perdeu duas certezas: a primeira é a de representar o nacional como identidade,

o que, no otimismo reinante na década de 1920, foi genialmente feito pelos grandes escritores modernistas, haja vista, por exemplo, as grandes alegorias do Brasil moderno que são o romance *Macunaima* de Mário de Andrade e a coletânea de poemas *Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade (SANTIAGO, 2004, p.174).

A desconfiança do artista em dar significado a identidades que possam ser únicas e compactas - mas que não são - não satisfazem o leitor de nossos dias, já desnordeado com acontecimentos terríveis propagados pela mídia eletrônica (Ibidem).

A segunda certeza perdida com tal fragmentação é a de poder narrar uma história com princípio, meio e fim, cronologicamente, como fazia o romance burguês do século XIX.

Perdidas as antigas certezas da modernidade, a representação das “comunidades imaginadas” que se deram de maneira compulsiva, através de narrativas que, nas palavras de Homi Bhabha, estiveram permanentemente a reconstruí-las, movidas pelo desejo de uma potência simbólica unificadora (CUNHA, 1998, p. 182), parece dar sinais de esgotamento.

A sociedade global, por sua vez, também é construída literariamente ou por outras formas discursivas, gerando o que Canclini chama de globalização imaginada: “a globalização é também o horizonte imaginado por sujeitos coletivos e individuais, isto é, por governos, empresas dos países dependentes, por produtores de cinema e televisão, artistas e intelectuais” (CANCLINI, 2007, p. 29), ou seja, por uma pluralidade de vozes às quais os romances do *Amores Expressos* fazem coro.

Assim, prossegue Canclini “se as construções imaginárias possibilitam a existência de sociedades locais e nacionais, elas também contribuem para arquitetura da globalização” (Idem, p. 30) ao produzirem um imaginário supranacional. Para construir essa “comunidade imaginada”, Galera, Ruffato e Carvalho em vez de usarem o “cimento ideológico” característico da modernidade, usam pequenas bananas de dinamite, pequenos detonadores, produzindo narrativas que revelam “comunidades em ruínas”.

Apesar da recorrência da nova sociedade global, dos estrangeiros, do espaço e seus correlatos na prosa contemporânea, nenhum desses temas consegue ainda preencher o lugar central que a nação ocupou nas literaturas romântica e moderna brasileira. Como afirma Renato Cordeiro Gomes na introdução à coletânea de artigos *Alguma prosa*

As narrativas brasileiras contemporâneas se caracterizam pela diversidade de temas e de linguagens, sem um programa ou um projeto orientador. Os recursos legados pela tradição modernista e de vanguarda constituem um estoque, ou um arquivo, pronto para ser manipulado, sem palavra de ordem ou dogma autoritário (2007, p. 11).

A característica mais importante da literatura atual é, como colocou Beatriz Resende, a da multiplicidade, ou seja, a heterogeneidade em convívio não excludente. A multiplicidade - surge num momento pós-moderno, em que passa a ser possível o convívio de diferenças na literatura (RESENDE, 2007, p.18).

Consciente de que só há verdades relativas, da falsa divisão entre interior (essência) e exterior (cultura adquirida), entre conteúdo e forma, entre nacional e estrangeiro, descrente de um passado heróico ou de um futuro utópico, o escritor contemporâneo, em especial os autores aqui estudados, parecem olhar o impositivo presente, sem a pretensão de dar explicações definitivas ou totalizantes, seja da nação, da identidade, da globalização ou qualquer que seja o tema abordado.

Neste sentido, o ciclo de representação da história e da identidade (homogênea e unificada) nacionais em literatura parece dar sinais de esgotamento. É como se a literatura produzida no Brasil tivesse superado o estágio psicológico de auto-afirmação nacional, de modo que a simples menção a esses termos faz papel de “velharia”, retomando a expressão de Roberto Schwarz citada na introdução deste trabalho.